

# PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL:

Bases teóricas e práticas de intervenção  
na organização espacial



JEANINE MAFRA MIGLIORINI  
(ORGANIZADORA)

**Atena**  
Editora  
Ano 2022

# PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL:

Bases teóricas e práticas de intervenção  
na organização espacial

JEANINE MAFRA MIGLIORINI  
(ORGANIZADORA)

**Atena**  
Editora  
Ano 2022

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial****Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



# Planejamento urbano e regional: bases teóricas e práticas de intervenção na organização espacial

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Maiara Ferreira  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizadora:** Jeanine Mafra Migliorini

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P712 Planejamento urbano e regional: bases teóricas e práticas de intervenção na organização espacial / Organizadora Jeanine Mafra Migliorini. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-951-3

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.513222202>

1. Planejamento urbano. 2. Planejamento regional. I. Migliorini, Jeanine Mafra (Organizadora). II. Título.

CDD 307.76

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**  
Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)



## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



## APRESENTAÇÃO

Pensar e estudar o urbano é questão extremamente necessária para planejarmos e executarmos ações eficientes e eficazes em nossas cidades, afim de melhorar a qualidade da vida urbana. Entretanto tal assunto é tão vasto que não há outra maneira de fazê-lo senão através da interdisciplinaridade. São essas visões e abordagens diferentes que dão subsídios para se pensar uma cidade saudável, igualitária em acessos, onde a qualidade de vida seja corriqueira.

Este livro apresenta diferentes abordagens no pensar a cidade. Inicialmente surge a questão das métricas de paisagens para os espaços livres, uma vez que esses espaços são tão relevantes quanto o espaço construído, e precisam ser pensados quando se analisa a expansão urbana pensando na manutenção de suas dinâmicas biofísicas, apoiando assim a conservação da biodiversidade.

Da mesma relevância são as análises das cidades a partir de sua forma, como apresentado no segundo capítulo, baseando-se da proposta de Kevin Lynch para a boa forma da cidade. Seguindo para o próximo capítulo a análise da cidade ao longo da história, utilizando seus planos diretores, em busca de respostas para o que foi proposto e o que foi executado de seus planos.

Dentro das análises urbanas apresenta-se o uso da cartografia para representação da distribuição de rendas dentro da cidade, criando assim embasamento para propostas de intervenção sócio espacial. No capítulo seguinte apresenta-se uma discussão sobre o transporte público, com enfoque financeiro.

Finalizando o livro um tema de extrema importância no debate do urbano, os imigrantes, nesse caso venezuelanos, inseridos em nossa sociedade, em busca de suas identidades e criando suas territorialidades.

Temas tão vastos quanto são nossas cidades, mas ao mesmo tempo tão próximos do nosso cotidiano, que precisam ser trazidos à tona para discussões e propostas, sempre em busca de uma maior qualidade de vida de nossas cidades e consequentemente de nós mesmos.

Boa leitura e ótimas reflexões!

Jeanine Mafra Migliorini



## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

MÉTRICAS DE PAISAGEM E SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES: SUBSÍDIOS PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E A ESTRUTURAÇÃO DA EXPANSÃO URBANA

Andrea Baran Villela Pedras

Raquel Hemerly Tardin Coelho

Marco Aurelio Passos Louzada


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5132222021>

### **CAPÍTULO 2..... 14**

O SERVIÇO DE TRANSPORTE COMPLEMENTAR DA REGIÃO DO CARIRI CEARENSE AVALIADO A PARTIR DA REGULAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO

Emanuel Jeronymo Lima Oliveira

Caroline Muñoz Cevada Jeronymo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5132222022>

### **CAPÍTULO 3..... 27**

OS PLANOS DIRETORES DA CIDADE DE FORTALEZA-CE E A RELAÇÃO ENTRE O PENSAMENTO URBANÍSTICO ENTRE 1960 E 2000

Aminda Pastana Alves

Ciro Férrer Herbster Albuquerque

Rebeca Froés de Assis

Luádyna Almeida Bezerra

Gabriel Sato Feitosa Arrais

Marcelo Mota Capasso

Camila Bandeira Cavalcante

André Soares Lopes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5132222023>

### **CAPÍTULO 4..... 43**

A CARTOGRAFIA GEOGRÁFICA E A REPRESENTAÇÃO DE DADOS DE RENDA NO ESPAÇO URBANO-REGIONAL

Ederson Nascimento

Wellinton da Silva Farias

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5132222024>

### **CAPÍTULO 5..... 55**

AVALIAÇÃO DO PLANEJAMENTO E FORMA URBANA NA CIDADE PORTO


Ricardo Batista Bitencourt

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5132222025>

### **CAPÍTULO 6..... 76**

VENEZUELANOS: IDENTIDADE E TERRITORIALIDADE

Ailson Barbosa de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5132222026>

<b>SOBRE A ORGANIZADORA.....</b>	<b>89</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>90</b>

# CAPÍTULO 3

## OS PLANOS DIRETORES DA CIDADE DE FORTALEZA-CE E A RELAÇÃO ENTRE O PENSAMENTO URBANÍSTICO ENTRE 1960 E 2000

Data de aceite: 01/02/2022

Data de submissão: 03/12/2021

**André Soares Lopes**

Universidade de Lisboa - Faculdade de  
Arctectura CIAUD

Fortaleza - CE

[www.lattes.cnpq.br/6936734016599057](http://www.lattes.cnpq.br/6936734016599057)

**Aminda Pastana Alves**

Universidade de Fortaleza - UNIFOR  
Fortaleza - CE

[www.lattes.cnpq.br/4492061746964419](http://www.lattes.cnpq.br/4492061746964419)

**Ciro Férrer Herbster Albuquerque**

Universidade de Fortaleza - UNIFOR  
Fortaleza - CE

[www.lattes.cnpq.br/0666852888373253](http://www.lattes.cnpq.br/0666852888373253)

**Rebeca Froés de Assis**

Universidade Federal do Ceará - UFC  
Fortaleza - CE

[www.lattes.cnpq.br/8643216111165193](http://www.lattes.cnpq.br/8643216111165193)

**Luádyna Almeida Bezerra**

Fortaleza - CE

[www.lattes.cnpq.br/2799579457652366](http://www.lattes.cnpq.br/2799579457652366)

**Gabriel Sato Feitosa Arrais**

Universidade de Fortaleza - UNIFOR  
Fortaleza - CE

[www.lattes.cnpq.br/9830255514826394](http://www.lattes.cnpq.br/9830255514826394)

**Marcelo Mota Capasso**

Universidade Federal do Ceará - UFC  
Fortaleza - CE

[www.lattes.cnpq.br/3105674185284408](http://www.lattes.cnpq.br/3105674185284408)

**Camila Bandeira Cavalcante**

Universidade de Fortaleza - UNIFOR  
Fortaleza - CE

[www.lattes.cnpq.br/3863114124145904](http://www.lattes.cnpq.br/3863114124145904)

**RESUMO:** O plano diretor reproduz as intenções almeçadas para uma cidade, tangenciando questões relacionadas a políticas de desenvolvimento, do ordenamento territorial à expansão urbana, nesse sentido, representá-los cartograficamente pode constituir uma ferramenta fundamental à compreensão do espaço que se planeja constituir. Entretanto, ao inseri-los em uma análise temporal, tendem a gerar inquietações, devido às diferentes abordagens adotadas durante cada um dos processos de elaboração dos planos diretores. Surge daí a importância de interpretar a concepção do plano à luz do pensamento vigente quanto a sua produção, bem como dos marcos legais existentes. Nessa perspectiva, este trabalho propõe uma análise temporal longitudinal comparada de planos diretores, tendo a cidade de Fortaleza como estudo de caso. Foram incluídos quatro planos diretores, das décadas de 1960 à de 2000. Esta análise demandou o uso de georreferenciamento de todo o mapeamento constante dos planos, tomando como base bibliográfica documentos de diversos (leis, teses, portarias etc.). Alguns marcos legais nacionais também serviram de referência, como a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Cidade (2001); além disso, a criação de órgãos como o Ministério das Cidades (2003) e

o Conselho Nacional das Cidades (2004). As variáveis comparadas foram a malha viária, e suas intervenções e o zoneamento, com seus princípios e objetivos associados. O exercício de análise buscou relacionar cronologicamente as proposições sobre as variáveis às principais teorias urbanísticas do período. Chegou-se, então, não só à produção de registros cartográficos importantes, como a uma síntese sobre as associações possíveis entre teoria urbanística e prática de planejamento, já que o artigo relaciona os mapas constantes em cada plano à evolução do pensamento urbano. Enfim, nota-se um constante realinhamento das propostas dos planos aos diversos marcos conceituais e legais, tornando perceptível a dificuldade de se manter objetivos e políticas públicas a longo prazo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Plano diretor. Fortaleza - CE. Zoneamento urbano. Sistema viário. Urbanismo.

## 1 | INTRODUÇÃO

Existe a compreensão de que o espaço urbano deriva de um processo produtivo e, nesse sentido, diferencia-se da concepção tradicional de solo, isto é, de terra enquanto matéria prima (LEFEBVRE, 2006; CORRÊA, 1995; CARLOS et al., 2012). Com o fito de aludir a um processo de caráter social, em que se privilegia “o estudo do processo em curso, e não do objeto cidade. Até porque esta é um produto e um suporte do processo social (...) em permanente mudança” (REIS, 2006, p. 51), salienta-se a importância do processo histórico na urbanização, do papel do poder público (CORRÊA, 1995) e da legislação, na produção desse espaço. Portanto, o Estado é não só um mediador, mas um agente do processo. É nessa lacuna que o presente trabalho busca lançar sua contribuição, interpretando o urbanismo por meio de “seus fundamentos políticos, econômicos e culturais, em situações históricas concretas” (REIS, 1995, p 4).

Alguns trabalhos mais recentes têm buscado compreender a conjuntura socioespacial no que se relaciona às legislações urbanas, sobretudo, os planos diretores. É o caso de Accioly (2008) que pesquisou os limites e as possibilidades do planejamento urbano oficial em Fortaleza, em três momentos de constituição da metrópole; e de Costa (2011) que, apoiada em material cartográfico, estudou as expectativas sociais, econômicas e culturais de cada época para o Distrito Federal. De forma semelhante, propõe-se no presente texto analisar os planos diretores para a cidade de Fortaleza, entre as décadas de 1960 e 2010, e buscar relacionar cada plano estudado ao pensamento urbanístico e marcos legais vigentes até sua produção, embasando-se na representação cartográfica elaborada de cada plano. A questão que motivou a presente pesquisa foi: pode-se reconhecer, nos produtos do planejamento municipal de Fortaleza (entendidos aqui exclusivamente nos seus planos diretores) indícios do avanço na teoria do planejamento? Para responder a esta questão central, questões ajudaram a avançar na pesquisa: a) Enquanto metrópole regional, que esforços de planejamento ocorreram para a cidade de Fortaleza? b) Como estes planos se apresentam enquanto ferramentas de produção do território urbano? c) Que outros processos históricos e marcos legais estão associados à produção destes planos?

Para alcançar o objetivo proposto, o trabalho apresenta como método, (1) a revisão bibliográfica do contexto histórico, da elaboração e da aplicação de cada um dos planos diretores envolvidos, a fim de compreender suas estruturações conforme as nuances de cada período. (2) A ilustração em mapas georreferenciados das mudanças propostas por cada Plano analisado, com foco nas intervenções viárias e zoneamentos, entre 1960 e 2009. O georreferenciamento ocorreu no *software* QGIS 3.4.9, a partir dos dados cartográficos e seus objetivos e diretrizes descritos nos planos, junto à consulta e à coleta de dados bibliográficos e legais. (3) A comparação entre os planos produzidos, leis, teses, políticas urbanas e marcos legais de validade nacional, valendo destacar como referências a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Cidade (2001); a criação de órgãos como o Ministério das Cidades (2003), o Conselho Nacional das Cidades (2004) e o Sistema de Habitação de Interesse Popular (2005). A organização do trabalho ocorre em 4 seções, iniciando com a introdução. A seção 2 apresenta um contexto histórico e geográfico da cidade de Fortaleza. Na seção 3, apresenta-se o corpo da análise de cada plano diretor. A seção 4, apresenta um quadro síntese da evolução do planejamento da cidade ao longo da história, além de comentários finais.

## 2 | DOIS PONTOS DE PARTIDA: HISTÓRICO E TEÓRICO

A partir do século XX, há uma variedade de teorias e de princípios urbanos que influenciaram significativamente a estruturação do planejamento urbano brasileiro e do mundo. Do ponto de vista teórico, para Silva (1997), o planejamento urbano constitui um “processo técnico, instrumentado para transformar a realidade existente no sentido de objetivos previamente estabelecidos”, que garanta o ordenamento da cidade, englobando aspectos socioeconômicos, técnicos e ambientais. Dessa forma, o Plano Diretor é criado a fim de garantir o diálogo entre os aspectos físicos/territoriais e os objetivos sociais, econômicos e ambientais para a cidade. O plano diretor não pode ser entendido como “resultado final do processo de planejamento urbano, mas apenas um produto de um processo ininterrupto, que deve estar sempre se renovando” (UGUEGA, 2009) e por isso deve objetivar distribuir os riscos e benefícios da urbanização, induzir um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável, além de seguir três fatores básicos: legalidade, abrangência e obrigatoriedade de prosseguimento.

No Brasil, os pressupostos “progressistas” prevalecem na organização da cidade grande (CHOAY, 2013), como o ocorrido no desenvolvimento da cidade de Fortaleza. Esses pressupostos materializaram-se, basicamente, no zoneamento e no controle do uso do solo e objetivavam resolver uma contradição central da cidade capitalista: o conflito entre a propriedade privada e o uso coletivo do solo pertencente ao espaço urbano. Monte-Mór (2006) afirma que ocorreu uma despolitização do processo de planejamento em favor dos interesses do capital e das classes dominantes. Esse processo se deu pela constituição

de comissões e órgãos técnicos para a elaboração de planos locais, o que dava um ar de isenção e independência ao processo. Assim, as atuais contradições urbanas, observáveis em Fortaleza, são advindas dessas teorias, aliadas aos planos diretores deficientes em suas aplicações, e apresentaram-se como problema relevante que justifica o presente estudo.

A condição atual da cidade é fruto de um fenômeno histórico de urbanização acelerada, comum às cidades brasileiras, no qual o “inchamento populacional das cidades que não foi, (...)acompanhado por um incremento na infraestrutura disponível, comprometendo as condições de vida oferecidas à população” (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2013). As políticas públicas urbanas implementadas mitigaram alguns dos problemas, mas não o suficiente para “conter a ocupação desordenada do espaço e distribuir adequadamente os serviços e equipamentos urbanos por todos os bairros” (MUNIZ, 2006). Assim, no que concerne à economia, a infraestrutura urbana e a implantação eficaz do planejamento urbanístico, Fortaleza ainda necessita de medidas e aparatos legais que garantam seu próspero desenvolvimento.

Entende-se Fortaleza como uma metrópole, já que se estabelece como a quarta cidade brasileira mais populosa, com cerca de 2.5 milhões habitantes (IBGE, 2018) e aproximadamente 336km<sup>2</sup> de extensão, conferindo-lhe uma densidade demográfica de mais de 7.000 hab/km<sup>2</sup>. Com PIB per capita de 23.436,66 R\$ e o salário médio mensal de um trabalhador formal de 2.7 salários mínimos (IBGE, 2018). Uma cidade 100% urbana, com áreas metropolitanas conurbadas, que conta ainda com um litoral de aproximadamente 30km de extensão e uso do solo diversificado. Isto tudo indica que o seu planejamento é uma atividade complexa, cuja análise exige também uma abordagem complexa.

### **3 | ANÁLISE DOS PLANOS DIRETORES DE FORTALEZA 1960-2010**

Para compreender a fundamentação teórica que pode ter influenciado na elaboração dos planos diretores, sobretudo em relação à definição de suas diretrizes, torna-se fundamental a retrospectiva das correntes de pensamento envolvidas na sua elaboração.

#### **3.1 Plano Diretor Hélio Modesto (PD63)**

O PD63, elaborado pelo urbanista Hélio Modesto, foi considerado “o primeiro plano a apresentar uma abordagem, cujas proposições urbanísticas abrangiam os aspectos econômicos, sociais e administrativos” (LIMA, 2013), tendo como foco as diretrizes do crescimento urbano e estabelecendo obras pontuais de expansão da cidade. O PD63 se pauta, em um diagnóstico de determinada área da cidade, seguido de uma lista de proposições, resolvidas com estratégias de zoneamento urbano. Guiando-se pela Carta de Atenas, agrupa as funções análogas nos locais mais adequados ao funcionamento de cada uma e do conjunto (ATENAS, 1999), a fim de ordenar o rápido crescimento da malha

urbana. Cabe ressaltar que o Código Urbano de Saboya Ribeiro de 1962 (FORTALEZA, 1982), colaborou para a estratégia de zoneamento urbano do PD63, propondo o fim da centralidade única da cidade, insistindo na demarcação de bairros limitados por avenidas. Destaca-se também uma desvinculação entre o desenho físico e a organização social da cidade (LIMA, 2013).

Nota-se, no zoneamento, a aproximação das zonas industriais com as residenciais uni e multifamiliar que pode ser explicada pelas circunstâncias históricas das condições de vida e de moradia dos trabalhadores, em processos de industrialização tardio. Assim, os “centros são ocupados pelos trabalhadores submetidos às mazelas e imundices da vida urbana, já que as condições oferecidas pelo dono do capital não lhe permitiam outra situação a não ser esta” (HAROUEL, 1990). Fortaleza, palco de uma intensa industrialização, teve um contexto urbano análogo ao britânico de séculos atrás.

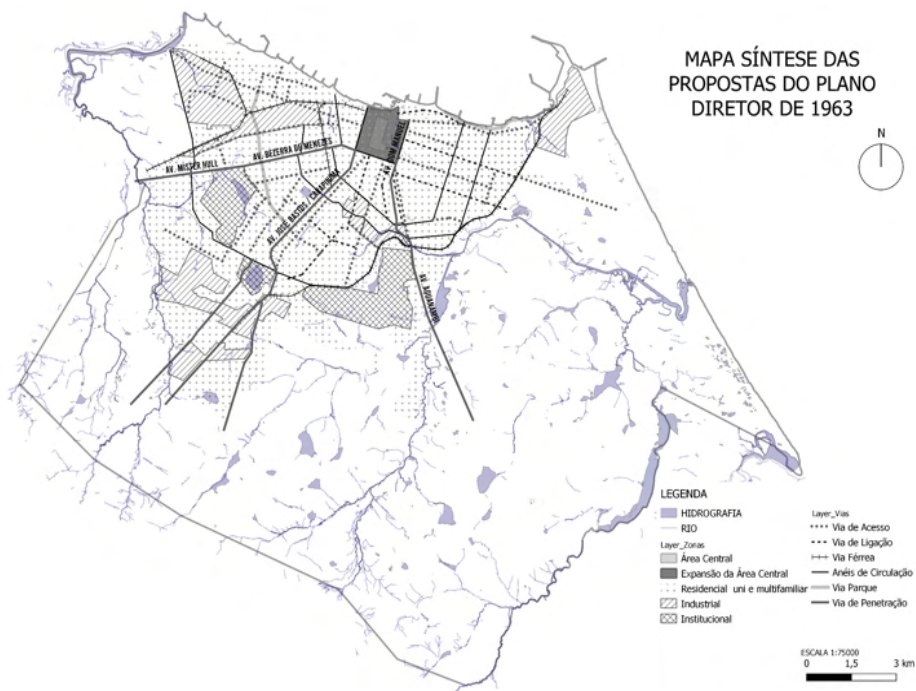


Fig. 1 Cartograma de zoneamento e sistema viário do PD63.

O plano trata ainda de propostas e de adequações da parte viária principal, existente à época. Foram propostas: vias de ligação, vias de penetração, vias de acesso, vias de circulação, anéis de circulação e vias parque, com grandes bulevares. Sistema este, traçado a partir do modelo de “Cidade Linear” (SOARES, 2019), em torno de uma via central, estrutura principal de circulação, de onde saem ramos secundários (PALÁCIO, 1969) objetivando integrar as áreas mais urbanizadas da cidade. Um exemplo disto são a

linearidade das avenidas Aguanambi, Dom Manuel, José Bastos, Carapinima, Mister Hull, Bezerra de Menezes, (Figura 1).

### 3.2 Plano de Desenvolvimento Integrado de Fortaleza (PLANDIRF)

O Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza (PLANDIRF), elaborado em 1972, teve um enfoque ampliado à Região Metropolitana de Fortaleza, composta na época por outros 4 municípios: Caucaia, Maranguape, Pacatuba e Aquiraz. Objetivava ampliar as questões físico-territoriais, econômicas, sociais, político institucionais e administrativas à uma abrangência intermunicipal. Segundo Muniz (2006) o PD72 apoiou-se na organização centralizada do planejamento regional francês, do urbanista Georges-Eugène Haussmann. Dirigia-se a “uma prática ditada pela vontade de regularizar Paris, com uma perspectiva de melhorar as condições de funcionamento da cidade”, com plano viário radial concêntrico de cunho modernista (AZEVEDO; COSTA, 2013). Outras referências foram, os estudos de Patrick Geddes em 1915 que introduz o levantamento urbano e regional na perspectiva do planejamento estratégico-integrador das cidades metropolitanas (GEDDES, 1994); e a preocupação do urbanista alemão Joseph Stubben em expandir o tecido urbano “em termos de circulação, higiene, estética e edificações”, além de enfatizar os fluxos de transportes para a integração funcional da cidade (CUSTÓDIO, 2004).

Um fato importante para o PD72 foi a criação da Lei de Diretrizes Urbanas - LDU, como resposta parcial e provisória às diversas reivindicações sobre igualdade territorial, que apontavam para uma separação mais clara entre o bairro e a fábrica. A LDU propõe “constituir uma institucionalidade que equacionasse (sic) a questão urbana” (MACHADO, 2010, p.164) e influenciar a implantação da participação social. De fato, a metodologia de trabalho do PLANDIRF contava com inúmeras reuniões com a sociedade, permitindo o envolvimento de parcela da população na elaboração do plano (MUNIZ, 2006). No entanto, esta parcela era formada essencialmente pelos setores profissionais e técnicos, não populares.

O plano não conta com mapeamento prévio, apenas representa-se as demarcações e a localização das intervenções de forma textual, pelo nome das vias, ou utilizando-se de pontos de referência geográficos (ex. lagoas, rios, etc.). O esforço de mapeamento (Figura 2) partiu da proposta de alargamentos e da classificação viária em expressas (de 60m e 50m), arteriais (de 34m e 30m), coletoras (de 31m, 24m e 18m), e especiais (de 20m, 24m, 10m e 7m). Juntamente à proposta de zoneamento em zonas de adensamento comercial, corredor de atividades, especiais, de expansão do centro, núcleo central, núcleos não centrais, industriais e residenciais.

Além das propostas de alargamentos, observa-se de forma significativa o crescimento do tecido urbano ao longo das vias de principal acesso aos maiores polos de contração de postos de trabalho – bairros Centro, Messejana e Parangaba – (Figura 2). Este sistema viário



proposto se estabelecia como uma rede mista, composta por “tentáculos” (que alcançam os limites do município) e “malha” (que fazia a conexão entre os tentáculos) (BRASIL, 1972). Quanto às propostas de zoneamento, estas também seguem um raciocínio semelhante que enfatiza questões intermunicipais, evidenciadas pelas zonas de corredores de atividades que seguem os “tentáculos” criados pelo sistema viário. Buscou-se expandir os núcleos de comércio para a região mais periférica da cidade e atrair os comerciantes e consumidores ao núcleo central. Uma tentativa de incentivar uma vida mais local pela facilitação do fluxo à expansão das atividades de comércio próximo às áreas residenciais. Nota-se ainda uma delimitação clara entre todas as zonas não residenciais (centrais - núcleo central e expansão da área central, comerciais - corredor de atividades, adensamento comercial e núcleos, industriais, ambientais e institucionais) daquelas residenciais, que, junto à LDU, marca a intenção do governo em atender ao pedido de distribuição territorial mais igualitária e melhor delimitada.

### **3.3 Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU-FOR)**

Coordenada por Francisco das Chagas do Val e aprovado em janeiro de 1992, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU-FOR) foi complementado pela Lei de Parcelamento Uso e Ocupação do Solo (LUOS) de 1996; e pelo Código de Obras e Posturas de Fortaleza, tendo continuidade o aprovado em 1981, contudo não foi renovado conforme o planejado (MUNIZ, 2016). O diagnóstico precedente do plano possibilitou a definição de suas diretrizes, e reconheceu a fragilidade do desenvolvimento econômico da capital, da degradação do meio ambiente, da ocupação e expansão urbana desordenada quanto à infraestrutura e dos serviços básicos, dentre outras carências (FORTALEZA, 1992).

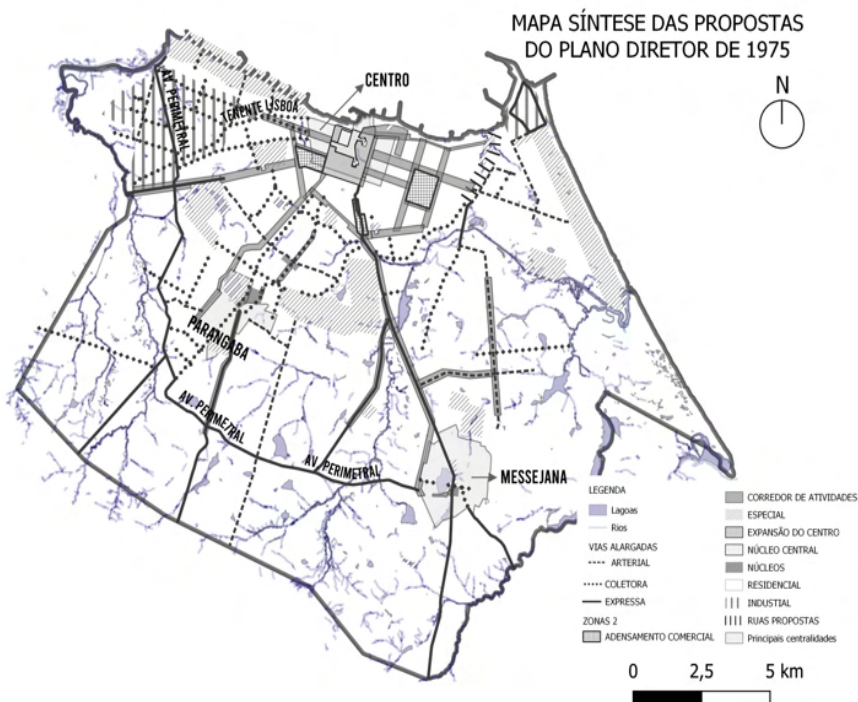


Fig. 2 Cartograma de zoneamento e sistema viário do PLANDIRF

De forma geral, o plano difere dos anteriores por não focar em propostas de projetos físicos, mas na definição de diretrizes e de objetivos. São características perceptíveis ao comparar-se o georreferenciamento deste plano (Figura 3) com o de 1963 (Figura 1) e o de 1972 (Figura 02). Possui caráter de zoneamento simplificado, o qual também é visível no mapa do sistema viário, ainda que apresente ínfimas mudanças, se comparado ao PD72.

Outra questão relevante a ser tratada é a antecipação do plano em relação ao Estatuto da Cidade, instituído em 2001, o qual enuncia o cumprimento da função social, da propriedade e da garantia da execução da política urbana. Tais características permitiram avanços na implantação das novas necessidades da sociedade ao plano, além de propor instrumentos de ordenamento territorial, como a outorga onerosa e a regularização fundiária (MUNIZ, 2006). No entanto, a efetivação de muitas das propostas do plano foi inibida na prática, e não foram regulamentadas em lei.

As tipologias definidas pelo zoneamento proposto pelo plano apresentam-se semelhantes e generalizadas quanto às suas definições, lesionando o ordenamento do solo urbano e a execução das diretrizes propostas, já que o zoneamento é caracterizado como “um dos instrumentos mais idôneos para a ordenação do espaço urbano” (CARVALHO, 2013, p. 137). Tal simplificação está associada ao aprisionamento da dinâmica das cidades em teorias urbanas, não se enquadrando na realidade infraestrutural dessas áreas. Dessa

forma, essas teorias são empregadas na prática pelo planejamento urbano, advindo do urbanismo politizado e detendo de normas jurídicas produzidas durante o final século XX (GOMES, 2006).

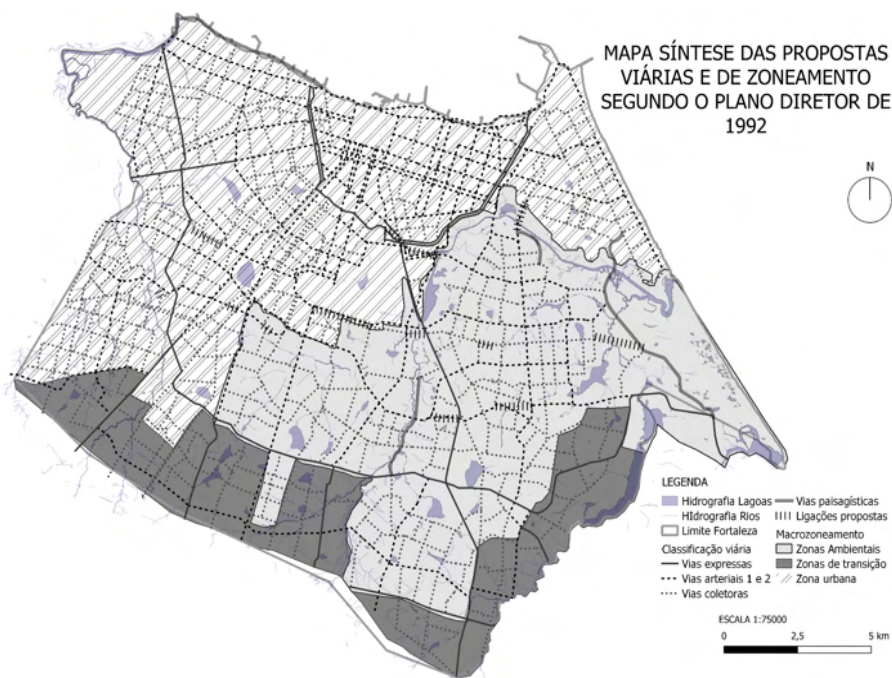


Fig. 3 Cartograma de zoneamento e sistema viário do PDDU-FOR

Nesse contexto, a distribuição de zonas, analisadas na Figura 03 - zonas ambiental, de transição e urbana - caracteriza o zoneamento urbano modernista, o qual pregava a “divisão do solo urbano em zonas, cada qual responsável por uma atividade específica (habitação, comércio, serviços etc.), como numa linha de montagem industrial”. Desconsiderava toda a experiência urbana até à época, além de perseguir um sistema lógico quase determinístico, intrinsecamente ligado a uma ideia específica de progresso tecnocrático. Dessa forma, a cidade deveria ser pensada como uma máquina e, para assegurar o tratamento e a justa divisão do uso do solo mesmo em uma sociedade desigual, a lei passa a ser usada como artifício governamental para assegurar tal pensamento. De fato, a redemocratização pós-ditadura e a Constituição de 1988 suscitaram os movimentos sociais pelo direito à terra e às condições básicas de qualidade de vida, por exemplo. Dessa maneira, surge a necessidade estatal de mitigar tais demandas sociais no âmbito da política urbana instituindo, em 1996, a Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS), a qual objetivava ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade.

Por fim, acerca do sistema viário, nota-se que não houve grandes mudanças

classificadoras em relação ao PD72, apenas com a adição de vias Paisagísticas e as subclassificações das vias Arteriais em I e II. Fato explicado a partir do foco do cenário político de Fortaleza, que seguiu o que estava sendo implantado no Ceará durante o dito “*Governo das Mudanças*”, gerindo a cidade como um negócio, omitindo seu planejamento (VAINER, 2000). Assim, conforme Del Rio (2000), o urbanismo contemporâneo dedicou-se à modernização estatal, à criação de instrumentos e ao investimentos em turismo. A infraestrutura passou a ser suprimida em prol da flexibilização do capital e da gestão orientada aos negócios.

### 3.4 Plano Diretor Participativo de Fortaleza (PDPFor)

A concepção do Plano Diretor Participativo de Fortaleza (PDPFor) surge como uma mudança de perspectiva do planejamento tecnocrático para o planejamento democrático do espaço urbano. Apresentou eixos temáticos favoráveis ao desenvolvimento urbano no âmbito socioespacial, tendo em vista que os planos diretores anteriores não conseguiram mitigar a continuidade da apropriação privada do espaço urbano e dos altos aluguéis de imóveis que “excluem grande parte da população, que não conseguiu ter acesso formal à terra urbana, e à moradia, terminando por ocupar áreas (...) pouco atrativas para o mercado imobiliário” (BRASIL, et al, 2017). Efeito disso foi o aumento das desigualdades socioespaciais decorrentes da concentração dos investimentos públicos onde a iniciativa privada já havia se estabelecido. Nessa perspectiva, após a realização do Congresso da Cidade, instância maior do PDPFor, aprovou-se um texto com enfoque temático na regularização fundiária, no cumprimento da função social da propriedade, na gestão democrática e função socioambiental da cidade. O primeiro tema, compreendido como o “conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes” (BRASIL, 2009) é o que mais se aproxima da titulação original do plano, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Fortaleza (PDDUA-FOR), dada em 2002, a qual daria atenção especial às questões ambientais. Entretanto, devido aos “vícios de procedimentos” legais, segundo Machado (2010), à mudança de gestão e à “alegação que a metodologia de elaboração do plano não seguiu as exigências do Estatuto da Cidade” (Muniz, 2006), o aprovado plano passou a propor uma metodologia com um viés teórico majoritariamente participativo.

O mapeamento do plano teve como base o texto e os mapas do PDPFor que, já continha as propostas previamente mapeadas, o que facilitou a realização do mapa produzido, restando como empecilho mudanças e adições provenientes da Lei 236/2017 (LUOS) do ano de 2017 no zoneamento e no sistema viário da cidade, as quais não serão consideradas neste estudo por se tratar de uma alteração posterior ao plano. O produto cartográfico produzido limita-se às propostas constantes do plano de 2009. O zoneamento proposto dispõe de 4 mapas principais: 2 macrozoneamentos, um urbano e outro ambiental; e 2 de zonas menores, sendo elas as zonas especiais e ambientais. Por questões de

sistematização, os mapas foram unidos (Figura 04). Deste produto, foi possível analisar o viés ambiental do PDPFor-2009 tendo em mente os interesses conflitantes de zoneamento que podem ser explicados pela multitude de entidades participantes, dentre elas o estado, a população e as empresas, sobretudo as construtoras e imobiliárias. Além dos idealizadores do plano e dos representantes da gestão municipal, destaca-se a participação dos movimentos de regularização fundiária, dos ambientalistas e dos empresários ligados ao Sindicato da Indústria da Construção Civil do Ceará (SINDUSCON). Tal intensidade da participação popular pode ser explicada por eventos históricos ocorridos na transição dos séculos XX e XXI, como a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1987), Conferência Rio-92 (1992), a declaração da Carta pelo Direito à Cidade (2006). Do ponto de vista legal temos, a Constituição Federal (1988), em especial os capítulos da Política Urbana (artigos 182 e 183) e do Meio Ambiente (artigo 225); a criação da Lei Agrária (1993); a efetivação do Estatuto da Cidade (2001); e a criação do Ministério das Cidades (2003), propiciaram a definição de diretrizes e de instrumentos referentes ao “direito a cidades sustentáveis” e à “gestão democrática” no território nacional (ANDRADE, 2012).

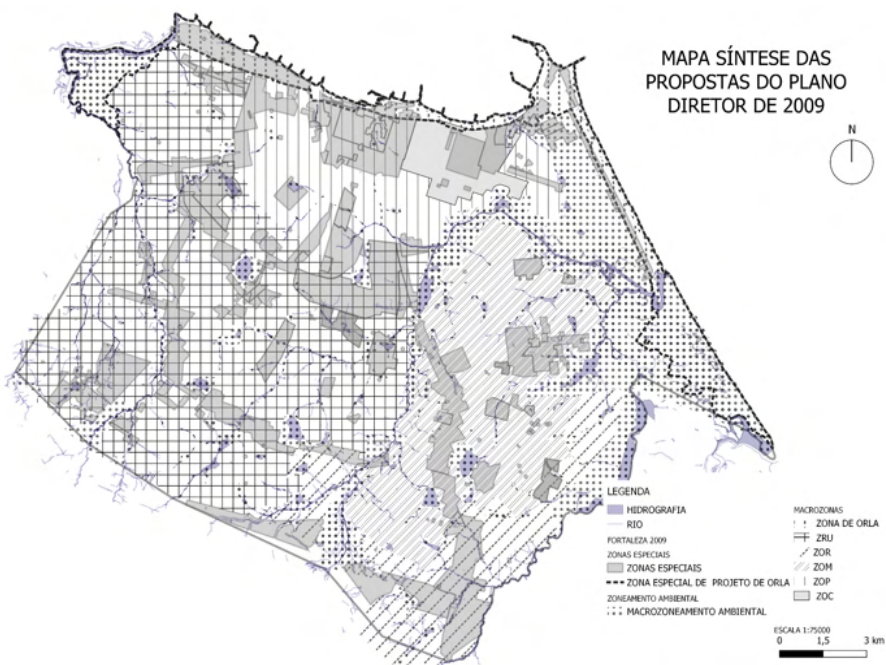


Fig. 4 Cartograma unificado de macrozoneamento do PDPFor

Têm-se aí o conceito de desenvolvimento urbano sustentável na pauta política e técnica, com a cidade em seu foco, refletindo-se no plano que considera um zoneamento

exclusivo para o meio ambiente (Figura 04), subdividido em três subzonas: Zona de Preservação Ambiental (ZPA), Zona de Recuperação Ambiental (ZRA) e a Zona de Interesse Ambiental (ZIA). Nota-se a concentração da Macrozona de Proteção Ambiental na periferia da cidade, sem tocar áreas mais densas e centrais. Mesmo com caráter ambiental e social bem acentuado, tais zonas ambientais se confundem com as áreas com maior número de assentamentos precários, sendo a maioria ocupada por populações de baixo poder aquisitivo anteriormente expulsas das zonas centrais para as periferias mal infraestruturadas, aquelas áreas deixadas de lado pelo mercado imobiliário.

Surgem daí as Zonas Especiais, dentre elas as de Interesse Social (ZEIS) que criam uma proposta para o interesse público de mitigar tal adversidade, ao ordenar a ocupação por meio da urbanização e da regularização fundiária, além de implantar ou de complementar programas habitacionais. Dessa forma, a promoção da “inclusão da população de menor renda no direito à cidade e à terra urbana servida de equipamentos e infraestrutura” (SANTOS, 2013) passou a ser um dos objetivos do referido plano, ao tentar diminuir as consequências do crescimento desordenado da malha urbana, e criar meios de proteção ambiental.

#### **4 | ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS PLANOS - QUADRO SÍNTESE**

A Figura 5 contempla a partir de um quadro síntese uma visão geral do que foi analisado nos Planos Diretores, contemplando os marcos legais e históricos que se refletem nos planos, além da atribuição de um grau de influência de cada marco, simbolizado pela mudança vertical de tonalidade. Pretende-se com isto a comparação das influências dos planos e o grau de importância destes na consolidação do modo de pensar a cidade de Fortaleza.

MARCOS HISTÓRICOS INFLUENTES NA CONFEÇÃO DO PLANO DIRETOR	Primeira Revolução Industrial (Século XVIII)	Expansão da malha viária alemã (Final do século XIX)		
	Carta de Atenas (1941)	Integração funcional da cidade - Metodologia urbana de <b>Joseph Stubben</b> (1845-1936) -	Conferência Rio-92 (1992)	Estatuto da Cidade (2001)
	Proposições modernistas por <b>Le Corbusier</b> (Século XX)			
	Modelo "Cidade Linear" - <b>Arturo Soria y Mata</b> - (1894)	Levantamento urbano e regional na perspectiva do planejamento estratégico-integrador - Estudos do biólogo escocês <b>Patrick Geddes</b> (1854-1932) -	<b>Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento</b> (1987)	<b>Ministério das Cidades Âmbito Federal</b> (2003)
	Organização centralizada do planejamento regional francês - Metodologia urbana de <b>Georges-Eugène Haussmann</b> (1809-1891) -	<b>Zoneamento Urbano Modernista</b> (SÉCULO XX - XXI)	<b>Declaração da Carta pelo Direito à Cidade</b> (2006)	
PLANOS DIRETORES	<b>1963</b>	<b>1975</b>	<b>1992</b>	<b>2009</b>
MARCOS LEGISLATIVOS INFLUENTES NA CONFEÇÃO DO PLANO DIRETOR		<b>Lei de Diretrizes Urbanas - LDU</b> (1975)		Aprovação da LUOS em Fortaleza (1996)
	<b>Código Urbano de Saboya Ribeiro</b> (1962)	Ligações entre os principais centros de trabalho em Fortaleza (Década de 80)	<b>Promulgação da Constituição Federal</b> (1988)	Parcelamento do Solo Urbano (1979)
		Prática urbana de caráter social em Fortaleza (Década de 70)		Lei da Reforma Agrária (1993)
				Promulgação da Constituição Federal (1988)



Fig. 5 Quadro síntese entre os Planos Diretores de Fortaleza (1962-2009)

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na análise dos planos listados combinada à tabela (Figura 5), conclui-se que o PLANDIRF (1972) e do PDPFor (2009) foram os planos que apresentam em suas propostas melhor representação de suas influências teóricas, além de possuírem uma elaboração detalhada e propositiva, compatível aos cenários político, urbano e social de Fortaleza à época de sua elaboração. Por outro lado, os do PD63 e os do PDDU-FOR se apresentam, no primeiro caso, com características mais prematuras ou genéricas e, no segundo caso, com certo rigor técnico não compatível aos interesses dos governantes e com a configuração de urbanização do período de aplicação. De forma complementar, é possível observar nos mapas de cada plano alguns reflexos das participações sociais.

Ainda que não da forma ideal, observou-se nos mapas do PLANDIRF uma abordagem muito restritiva, diferente do PDPFor, cuja participação social ocorreu apenas na expressão dos seus valores e princípios e diretrizes, porém não foram traduzidos em ações reais. Dessa forma, os planos de 1975 e 2009 demonstram maior compreensão do processo de desenvolvimento urbano de Fortaleza, além da dinâmica e configuração dos sistemas de transporte e urbanístico da cidade. Já os planos de 1963 e 1992 são insatisfatórios ao retratar as reais condições urbanas, políticas e sociais da cidade, com

proposições prematuras e pouco detalhadas, preocupadas em aplicar pensamentos e modelos internacionais que são incompatíveis com a realidade da cidade.

Com a pesquisa foi também possível concluir a importância da observação histórica dos instrumentos de planejamento urbano das cidades, pois permitiu a verificação dos conceitos teóricos e políticos relacionados a cada época. Sugere-se, ainda, que pesquisas relacionadas à observância ou não destes planos nas gestões municipais e as formas de controle da implementação destes. Os instrumentos de mapeamento georreferenciados serão sempre aliados deste tipo de pesquisa e observação de qualquer esforço de planejamento das cidades.

## REFERÊNCIAS

ACCIOLY, V. M. **Planejamento, planos diretores e expansão urbana: Fortaleza 1960-1992.** Tese (Doutorado): Curso de Arquitetura e Urb., Prog. de Pós-graduação em Arq. e Urb., UFB, Salvador. 2008.

ANDRADE, M. J. **Fortaleza em perspectiva histórica: poder e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade (1810-1933).** Tese (Doutorado): Curso de Arq. e Urb., FAU-USP, SP. 2012.

ATENAS. **Carta de Atenas.** 1999. Cadernos de Sociomuseologia, v. 15, n. 15.

AZEVEDO, M. N. S. da; COSTA, M. S. **O urbanismo do início do século xx: a escola francesa de urbanismo e suas repercussões no Brasil: trajetórias de Alfred Agache e Attilio Correa Lima.** 2013. URBANA: Revista Eletrônica Do Centro Interdisciplinar De Estudos Sobre a Cidade, 5(2), 64-97.

BRASIL, A. B.; CAVALCANTI, E. R.; CAPASSO, M. A. **Mercantilização Do Espaço Urbano Em Fortaleza: instrumentos urbanísticos como meio de promoção de negócios imobiliários em detrimento da democratização do espaço urbano.** 2017. In: **XVII Enanpur**, São Paulo.

Brasil. Lei nº 11.977. **Dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida-PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos em áreas urbanas.** 2009.

Brasil, Serviço Federal de Habitação e Urbanismo. **Plano de desenvolvimento integrado da Região Metropolitana de Fortaleza (PLANDIRF).** 1972. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, pp. 211.

CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M, L.; SPOSITO, M. B. (Org.) **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** 2012. São Paulo: Contexto.

CARVALHO, L. N. **As políticas públicas de localização da Habitação de Interesse Social induzindo a expansão urbana em Aracaju-SE.** Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urb., Fac. De Arquitetura e Urb. da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2013

CHOAY, F. **O urbanismo: utopias e realidades.** São Paulo: Perspectiva. 2013.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática. 1995.



- CUSTÓDIO, V. **Dos surtos urbanísticos do final do séc. XIX ao Plano de Avenidas.** Revista Geosul (UFSC), Florianópolis, v. 38, p. 1-19. 2004.
- COSTA, G. G. da. A Cartografia nos planos diretores do Distrito Federal. Em: Anais do I **Simpósio de Cartografia Histórica.** 2011
- DEL RIO, V. **Voltando às origens: a revitalização de áreas portuárias nos centros urbanos.** Vitruvius Arquitectos, ano 2, n. 15, ago. 2000.
- FORTALEZA. Lei Nº 7.061, de 16 de janeiro de 1992. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano.** Fortaleza. 1992.
- GEDDES, P. **Cidades em evolução.** São Paulo: Papirus. 1994.
- GOMES, M. **O Plano Diretor de desenvolvimento urbano - Após o Estatuto da Cidade. Rio de Janeiro, 2006.** 225 pp. Disponível em: <[www.mpgg.mp.br/portalweb/hp/9/docs/doutrinaparcels\\_11.pdf](http://www.mpgg.mp.br/portalweb/hp/9/docs/doutrinaparcels_11.pdf)> Acesso: 14.jun.2020. 2020.
- LEFEBVRE, H. **A produção do espaço.** Belo Horizonte: UFMG. 2006.
- LIMA, T. **Planos de Bairro: Experiências Europeias e Potenciais Lições para o Contexto Português.** pp.89. Dissertação (Mestrado) - Curso de Eng. do Ambiente, Fac. de Ciências e Tec., Universidade de Lisboa, Lisboa. 2013.
- MACHADO, E. G. **Planejamento Urbano, Democracia e Participação Popular: O caso da revisão do Plano Diretor de Fortaleza (2003 a 2008) UFC - Ceará.** 2010.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES. Um breve histórico do planejamento urbano no Brasil. In: **Curso: Reabilitação Urbana com foco em Áreas Centrais.** Programa Nacional de Capacitação das Cidades. 2013.
- MONTE MÓR, R. As Teorias Urbanas e o Planejamento Urbano no Brasil. In: DINIZ, C.C.; CROCCO, M. (Org.). **Economia Regional e Urbana: contribuições teóricas recentes.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, v. 3, p. 61-85. 2006.
- MUINIZ, M. A. **O Plano Diretor como instrumento de gestão da cidade: o caso da cidade de Fortaleza/CE.** pp.263. Dissertação (Mestrado em Conforto no Ambiente Construído; Forma Urbana e Habitação). UFRN, Natal. 2006.
- REIS, N. G. **Notas sobre o Urbanismo no Brasil.** Primeira parte: período colonial: caderno de pesquisa do Iap. São Paulo: USP/Fau, 1995. 1995.
- REIS, N. G. **Notas s/ Urbanização dispersas e novas formas de tecido urbano.** SP: Via da Artes. 2006.
- SANTOS, E. O. **Interfaces entre a política habitacional e o Plano Diretor Participativo na metrópole Fortaleza-CE.** Sociedade & Natureza (UFU. Online), v.3, p.485-501. 2013.

SILVA, J. A. **Direito Urbanístico Brasileiro**. 2ª ed. Ver, 421p. At. 2ª tiragem. São Paulo Malheiros Ed. 1997.

SOARES, M. P. A dificuldade em definir cidade: atualidade da discussão à luz de contributos recentes. **Cad. Metrop**, São Paulo , v. 21, n. 45, p. 647-668, ago, 2019. 2019.

UGUEDA JÚNIOR, J. C.; AMORIM, M. T. Urbanização Brasileira, Planejamento Urbano e Planejamento da Paisagem. In: **Congresso do Meio Ambiente da AUGM**, 2009, São Carlos - SP. Anais de Eventos da UFSCar. São Carlos - SP: Edufscar, v.5. 2009.

VAINER, C. P. (2000) Empresa e Mercadoria. In: Arantes, O. B. F.; Vainer, C.; Maricato, E. (eds) **A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos**. Col. Zero à esquerda, Petrópolis, Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. (1982) **Fortaleza – A Administração Lúcio Alcântara Março 79/Maio**. Fortaleza 1982. Fortaleza: Superintendência do Planejamento do Município – SUPLAM. 290 p.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Análise socioespacial urbano-regional 43

Avaliação 55, 56, 64, 65, 66, 67, 70, 71, 72, 74

### B

Biodiversidade 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9

### C

Cartografia geográfica 43, 44, 45, 46, 53, 54

Cultura 56, 72, 73, 74, 76, 78, 80, 83, 84, 85, 86, 87, 89

### E

Espaços livres 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 56

Expansão urbana 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 27, 33, 40

### F

Forma urbana 41, 55, 56, 61, 62, 64, 67, 74

### I

Identidade 62, 66, 67, 71, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88

### L

Lugar 76, 78, 81, 82, 85, 87

### M

Métricas de paisagem 1, 3, 6

Mobilidade 14, 24, 25, 26, 67, 68

### O

O Porto 55, 56

### P

Planejamento 1, 2, 6, 7, 8, 9, 14, 26, 28, 29, 30, 32, 35, 36, 40, 41, 42, 55, 56, 58, 59, 62, 63, 64, 65, 67, 74, 82

Planejamento regional 14, 32

Plano diretor 27, 28, 29, 30, 33, 36, 41, 55, 56, 64, 67

### R

Renda da população 43, 44, 45

Representação espacial 43, 44, 51

## **S**

Sistema viário 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 61, 63

## **T**

Território 3, 24, 28, 37, 44, 45, 47, 56, 60, 61, 68, 69, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89

Transportes público 14

## **U**

Urbanismo 1, 28, 35, 36, 40, 41, 55, 65, 72, 73, 74, 89

## **Z**

Zoneamento urbano 28, 30, 31, 35





# PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL:

Bases teóricas e práticas de intervenção  
na organização espacial

- 🌐 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
- ✉ [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
- 📷 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
- 📘 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

# PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL:

Bases teóricas e práticas de intervenção  
na organização espacial

-  [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
-  [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

